

Paraná Banco S.A.

**Demonstrações Contábeis
Consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 15º andar, conj. 1.503
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Paraná Banco S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Paraná Banco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Paraná Banco S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Paraná Banco S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Paraná Banco S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 14 de agosto de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de agosto de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Eduardo Tomazelli Remedi', written over a light blue grid background.

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Conglomerado Prudencial do Paraná Banco S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Conglomerado		Passivo	Nota	Conglomerado	
		2018	2017			2018	2017
Circulante		<u>2.830.217</u>	<u>2.529.720</u>	Circulante		<u>2.252.791</u>	<u>2.304.775</u>
Disponibilidades		676	295	Depósitos	10	<u>1.241.116</u>	<u>2.006.883</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	<u>1.460.478</u>	<u>844.494</u>	Depósitos à vista		3.096	9.053
Aplicações no mercado aberto		1.452.613	843.990	Depósitos interfinanceiros		116.376	152.578
Aplicações em depósitos interfinanceiros		7.865	504	Depósitos a prazo		1.121.644	1.845.252
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.a	<u>196.250</u>	<u>182.892</u>	Captações no mercado aberto	11	<u>34.203</u>	<u>-</u>
Carteira própria		139.871	172.744	Carteira própria		34.203	-
Vinculados a prestação de garantia		21.500	1.051	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	<u>836.787</u>	<u>168.786</u>
Vinculados a compromisso de recompra		34.230	8.398	Obrigações por emissão de títulos		836.787	168.786
Títulos de capitalização		649	699	Relações interfinanceiras		<u>49</u>	<u>-</u>
Relações interfinanceiras		<u>82</u>	<u>590</u>	Recebimentos e pagamentos a liquidar		49	-
Pagamentos e recebimentos a liquidar		82	590	Obrigações por repasses no País	14	<u>7.432</u>	<u>21.693</u>
Operações de crédito	6	<u>1.121.471</u>	<u>1.440.381</u>	Obrigações por empréstimos	13	<u>-</u>	<u>10.778</u>
Operações de crédito - setor privado		1.309.455	1.593.790	Outras obrigações		<u>133.204</u>	<u>96.635</u>
Provisão para perdas com operações de crédito	6.d	(187.984)	(153.409)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		755	2.033
Outros créditos		<u>51.247</u>	<u>60.845</u>	Sociais e estatutárias		27.127	3.286
Rendas a receber		4.502	1.580	Fiscais e previdenciárias		64.913	46.343
Carteira de câmbio	7.a	-	10.862	Negociação e intermediação de valores		226	-
Diversos	7.b	63.480	52.391	Diversas	15.b	40.183	44.973
Negociação e intermediação de valores	5.b	11	38	Não circulante			
Provisão para perdas outros créditos diversos	6.d	(16.746)	(4.026)	Exigível a longo prazo		<u>2.111.338</u>	<u>1.788.416</u>
Outros valores e bens		<u>13</u>	<u>223</u>	Depósitos	10	<u>848.868</u>	<u>969.372</u>
Outros valores e bens		13	223	Depósitos interfinanceiros		-	727
Não circulante				Depósitos a prazo		848.868	968.645
Realizável a longo prazo		<u>2.255.150</u>	<u>2.155.844</u>	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	<u>1.241.525</u>	<u>792.243</u>
Operações de crédito	6	<u>2.120.874</u>	<u>2.063.834</u>	Obrigações por emissão de títulos		1.241.525	792.243
Operações de crédito - setor privado		2.182.167	2.084.069	Obrigações por repasses do país	14	<u>3.146</u>	<u>11.012</u>
Provisão para perdas com operações de crédito	6.d	(61.293)	(20.235)	Outras obrigações		<u>17.799</u>	<u>15.789</u>
Outros créditos		<u>130.475</u>	<u>88.704</u>	Diversas	15.b	17.799	15.789
Diversos	7.b	130.475	88.704	Resultado de exercícios futuros		<u>-</u>	<u>12</u>
Outros valores e bens		<u>3.801</u>	<u>3.306</u>	Patrimônio líquido	18	<u>1.346.669</u>	<u>1.262.188</u>
Outros valores e bens		3.833	3.337	Capital social			
Provisão para desvalorizações		(32)	(31)	De domiciliados no País		768.359	745.120
Permanente		<u>625.431</u>	<u>669.827</u>	De domiciliados no exterior		-	23.239
Investimentos		<u>618.213</u>	<u>660.804</u>	Reservas de lucros		578.045	493.564
Participação em controladas e coligada no País	9	618.140	660.631	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		265	265
Outros investimentos		91	191				
Provisão para perdas		(18)	(18)				
Imobilizado de uso		<u>7.218</u>	<u>9.023</u>				
Imóveis de uso		1.867	1.867				
Outras imobilizações de uso		15.859	16.629				
Depreciação acumulada		(10.508)	(9.473)				
Total		<u>5.710.798</u>	<u>5.355.391</u>	Total		<u>5.710.798</u>	<u>5.355.391</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Conglomerado Prudencial do Paraná Banco S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Conglomerado</u>	
Nota	1º Sem 2018	1º Sem 2017
Receitas da intermediação financeira	<u>480.792</u>	<u>552.276</u>
Operações de crédito	441.251	488.152
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	39.541	63.873
Resultado de operações de Câmbio	-	251
Despesas da intermediação financeira	<u>(256.783)</u>	<u>(322.429)</u>
Operações de captação no mercado	(140.512)	(254.889)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	4.439	503
Provisão para perdas com créditos	6.d (120.710)	(68.043)
Resultado bruto da intermediação financeira	224.009	229.847
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(92.841)</u>	<u>(127.665)</u>
Receitas de prestação de serviços	4.151	2.891
Receitas de tarifas bancárias	1.197	2.419
Despesas de pessoal	(20.336)	(19.490)
Honorários da Administração	(3.114)	(2.939)
Outras despesas administrativas	20 (84.784)	(120.049)
Despesas tributárias	(15.391)	(12.851)
Resultado de participação em controladas	9 26.343	27.496
Outras receitas operacionais	21 5.835	2.151
Outras despesas operacionais	21 (6.742)	(7.293)
Resultado operacional	131.168	102.182
Resultado antes da tributação sobre o lucro	131.168	102.182
Imposto de renda e contribuição social	17 <u>(26.717)</u>	<u>(32.345)</u>
Imposto de renda - corrente	(30.931)	(23.760)
Contribuição social - corrente	(25.255)	(19.258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.469	10.673
Participações no lucro	(186)	(2.686)
Lucro líquido do semestre	<u>104.265</u>	<u>67.151</u>
Juros sobre o capital próprio	43.096	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Legal	Estatutária				
Saldos em 1 de janeiro de 2017	768.359	-	73.196	353.217	258	-	-	1.195.030
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	7	-	-	7
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	67.151	67.151
Destinações								
Reserva legal	-	-	3.358	-	-	-	(3.358)	-
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	-	63.793	-	-	(63.793)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>768.359</u>	<u>-</u>	<u>76.554</u>	<u>417.010</u>	<u>265</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.262.188</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.358</u>	<u>63.793</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.158</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2018	768.359	-	82.687	434.190	265	-	-	1.285.500
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	104.265	104.265
Destinações								
Reserva legal	-	-	5.213	-	-	-	(5.213)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(43.096)	(43.096)
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	-	55.955	-	-	(55.955)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>768.359</u>	<u>-</u>	<u>87.900</u>	<u>490.145</u>	<u>265</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1.346.669</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.213</u>	<u>55.955</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>61.169</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Paraná Banco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Conglomerado	
	1º Sem 2018	1º Sem 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	<u>202.815</u>	<u>104.545</u>
Lucro líquido do semestre	104.265	67.151
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações e amortizações	1.066	908
Resultado de equivalência patrimonial	(26.343)	(27.496)
Provisão para perdas com créditos	120.710	68.043
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(673)	(9.820)
Provisão para passivos contingentes	3.790	5.759
(Aumento) / redução nos ativos operacionais	<u>126.029</u>	<u>186.247</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(7.656)	199
Títulos e valores mobiliários	(5.975)	145.511
Relações interfinanceiras (ativos/passivos)	(33)	(590)
Operações de crédito	113.560	32.643
Outros créditos	25.518	(18.472)
Outros valores e bens	615	26.956
Aumento / (redução) nos passivos operacionais	<u>235.195</u>	<u>(413.342)</u>
Depósitos	(375.559)	(382.517)
Captações no mercado aberto	34.203	(46.086)
Obrigações por repasse do País	(8.796)	(20.321)
Obrigações por empréstimo	-	2.517
Resultado de exercícios futuros	(2)	(19)
Recursos de aceites e emissão de títulos	584.394	994
Outras obrigações	26.999	54.615
Impostos pagos	(26.044)	(22.525)
Disponibilidades líquidas provenientes das / (aplicadas nas) atividades operacionais	<u>564.039</u>	<u>(122.550)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	-	12.662
Alienação de outros investimentos	4.584	-
Alienação do imobilizado de uso	-	25
Aquisição de imobilizado de uso	(314)	(4.778)
Disponibilidades líquidas proveniente das atividades de investimentos	<u>4.270</u>	<u>7.909</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre o capital próprio	(36.921)	(14.542)
Disponibilidades líquidas utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(36.921)</u>	<u>(14.542)</u>
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>531.388</u>	<u>(129.183)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	921.902	973.468
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.453.290	844.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. (“Banco” ou “Companhia”) (B3 S.A - Brasil: PRBC4) é um banco múltiplo e tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, operações de crédito imobiliário, câmbio e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brasil Acquisition LLC (“Travelers”) atua também nas operações de seguros e resseguros em ramos elementares e de danos, operando principalmente nos ramos de garantias de obrigações contratuais e judiciais, nos quais é especializado; e por meio de suas controladas diretas atua na administração de fundos de investimento e na prestação de serviços e assessoria.

a. Realização de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação

Em 25 de outubro de 2016, foi informado por determinados acionistas do bloco de controle da Companhia (“Controladores”), que os Controladores, na qualidade de potenciais compradores, celebraram compromisso de compra e venda de ações preferenciais de emissão da Companhia com a Cox Gestão de Recursos Ltda., na qualidade de representante de grupo de certos acionistas minoritários (“Vendedor”). As ações preferenciais objeto de tal compromisso representavam 34,35% do total das ações preferenciais e 10,71% do total capital social da Companhia (“Ações”).

No âmbito do referido compromisso, as ações foram ofertadas pelo Vendedor em ambiente de bolsa de valores, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 168, de 23 de dezembro de 1991, conforme alterada (“Leilão”). Visto que, as ações representavam mais de 1/3 das ações em circulação e, como os Controladores adquiriram a totalidade das ações no âmbito do Leilão, o percentual de ações em circulação passou a ser de 20,96%, resultando no desenquadramento do percentual mínimo de 25% das ações em circulação, conforme exigido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e na obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação.

Nesse contexto, os Controladores apresentaram à CVM pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações unificada por aumento de participação e para fins de cancelamento de registro de companhia aberta na categoria “A” e saída do segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Nível 1 de Governança Corporativa (“OPA”).

Em 24 de outubro de 2016, os Controladores adquiriram as ações pertencentes a membro da Administração da Companhia, representativas de 5,81% das ações ordinárias e 6,07% de ações preferenciais, sem qualquer efeito sobre as ações em circulação ou a realização da OPA mencionada acima.

Em 11 de abril de 2017, em cumprimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, no âmbito da oferta pública pretendida por determinados acionistas da Companhia para: (a) aumento de participação; (b) cancelamento do registro da Companhia para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários na categoria “A” e conversão para a categoria “B”; e (c) saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“Oferta”), e conforme divulgado no fato relevante de 24 de outubro de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu o laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Corporate Finance & Recovery Ltda., instituição contratada para emissão de laudo de avaliação, conforme deliberado por acionistas minoritários em assembleia geral extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2017 (“Avaliador” e “Laudo de Avaliação”, respectivamente).

O Laudo de Avaliação foi disponibilizado simultaneamente à divulgação do Fato Relevante mencionado, por meio do Sistema IPE da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na sede e no website da Companhia (Rua Visconde de Nacar, 1441, Centro - Curitiba/PR e <http://riparanabanco.mzweb.com.br/>) e na sede da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Instituição Intermediária (Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600/3.624, 10º andar, conjuntos 101 e 102 - São Paulo/SP), nos termos do artigo 8º, parágrafo 5º da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002.

Em 5 de outubro de 2017 o Banco comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição de ações em circulação para aumento de participação, cancelamento do registro da Companhia para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários na categoria “A” e conversão para a categoria “B” e saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos do Edital da OPA, divulgado em 30 de agosto de 2017 e aditado em 25 de setembro de 2017.

Em 24 de outubro de 2017 houve o edital de convocação de assembleia geral extraordinária, a fim de deliberar sobre o resgate e cancelamento das ações de emissão da Companhia remanescentes em circulação no mercado, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), após a realização bem sucedida do leilão da oferta pública unificada para aquisição de ações em circulação de emissão da Companhia mencionado acima, confirmado pela CVM por meio do Ofício nº 338/2017CVM/SEP/GEA-1, expedido em 18 de outubro de 2017.

Em 08 de novembro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o preço de R\$14,54 a ser pago por ação no âmbito do resgate, a ser devidamente ajustado pela variação da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil, desde 10 de outubro de 2017, data de liquidação da OPA, até a data do efetivo pagamento do preço do resgate. O pagamento do preço do resgate foi realizado mediante depósito no dia 23 de novembro de 2017, nos termos do artigo 20, III, da Instrução CVM 361 e do item 4.2 do Edital da OPA.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (“Consolidado”) foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução nº 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen,

que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Nesse sentido, destacamos a empresa incluída na consolidação, em atendimento aos critérios estabelecidos pela resolução nº 4.280/13 do CMN, e a participação detida pelo Banco:

30/06/18				
Controladas	Ativo	Passivo	Resultado	% de participação
J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a)	11.311	1.223	605	99,99
30/06/17				
Controladas	Ativo	Passivo	Resultado	% de participação
J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a)	9.635	525	(238)	99,99

- (a) Tem como objeto social a administração de carteiras de valores, a custódia de títulos e valores mobiliários e a promoção do lançamento de títulos e valores mobiliários, públicos e particulares.

Para a elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

Os demais investimentos do Banco não foram consolidados para fins de apresentação dessa demonstração contábil, por não atenderem o artigo 1º da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de consolidação

Transações eliminadas na consolidação:

Saldo e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intercompanhias, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

(i) Empreendimentos em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método de equivalência patrimonial.

Abaixo, destacamos as entidades controladas em conjunto:

Empresas	Atividade	30/06/2018		30/06/2017	
		Método de reconhecimento	Participação total - %	Método de reconhecimento	Participação total - %
Entidades seguradoras no País					
J. Malucelli Participação em Seguros e Resseguros S.A. (a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50
J. Malucelli Latam S.A. (b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50

(a) A J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A. (“Companhia”) passou a ser uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Travelers Brazil a partir de 17 de junho de 2011.

(b) J. Malucelli Latam S.A. é uma *holding* dos investimentos na América Latina adquirida em 17 de dezembro de 2014.

b. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b.1 Despesas antecipadas

Até 31 de dezembro de 2014, as despesas de comissão pela intermediação de operações de crédito eram registradas no ativo e reconhecidas como despesa pelo prazo do contrato, calculado de forma exponencial, ou imediatamente quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, a Circular Bacen nº 3.738 de dezembro de 2014 facultou que a apropriação ao resultado de tais comissões fosse realizada conforme abaixo:

- a. 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;
- b. 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e
- c. 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen nº 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

Em junho de 2017, a Administração do Banco optou por realizar a baixa integral do saldo existente no ativo, no montante de R\$ 20.561, relativos a despesas com comissão pela intermediação de operação de crédito.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a

provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data:

- (i) **Títulos disponíveis para a venda** - Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.
- (iii) **Títulos para negociação** - Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Bacen, obedecendo ao seguinte critério:

- (iv) **Instrumentos financeiros derivativos** - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são classificados como “hedge” de fluxo de caixa no Banco. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto do *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecido diretamente em conta de resultado.

f. Operações de crédito, depósitos a prazo, interfinanceiros e outras operações ativas e passivas

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g. Provisão para perdas com operações de crédito

A provisão para perdas com operações de créditos foi constituída em montante compatível com a avaliação de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Bacen, que estabelece a criação de nove faixas de riscos, sendo AA (mínimo) e H (perda), e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas com operações de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido nas normas anteriormente referidas.

As operações de crédito com consignação de parcelas em folha de pagamento (“Crédito Consignado”) são classificadas levando em consideração o *status* individual de cada contrato de empréstimo, não atribuindo de forma automática o mesmo nível de risco para todas as operações de um mesmo cliente.

Na hipótese de um cliente possuir mais de 1 (um) contrato, aquele(s) que se encontra(m) em curso normal (com as parcelas de principal e encargos sendo amortizadas total ou parcialmente em base mensal) será(ão) classificado(s) conforme a situação do(s) contrato(s), individualmente, independentemente da classificação dos demais contratos (mesmo que um ou mais estejam em prejuízo).

Para as demais modalidades de crédito, a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

O Banco não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

h. Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

j. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por operações compromissadas

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

k. Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base nas cotações vigentes na data do balanço.

l. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando alíquota de 15% e para o período compreendido entre setembro de 2015 e junho de 2017, à alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15%, a partir de janeiro de 2019, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Os créditos tributários e os passivos diferidos, apresentados nas rubricas “Outros créditos - Diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e os ajustes ao valor de mercado. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco ou suas subsidiárias possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As constituições para as contingências cíveis e trabalhistas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da premissa inerente ao prazo e ao valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Em relação à provisão para recuperabilidade de ativos (*impairment*), durante os semestres encerrados em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Operações compromissadas - Posição bancada	843.990	843.990
Letras Financeiras do Tesouro	100.006	19.991
Letras do Tesouro Nacional	402.531	823.999
Notas do Tesouro Nacional	950.076	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>7.865</u>	<u>504</u>
Total	<u>1.460.478</u>	<u>844.494</u>

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração, conforme segue demonstrado abaixo:

30 de junho de 2018	Banco/Consolidado						
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Papel							
Mantidos para negociação (a.3)							
Carteira própria							
LFT (a.1)	-	9.437	111.207	13.264	133.908	133.910	(2)
Fundos (a.2)	5.963	-	-	-	5.963	5.963	-
Títulos de capitalização							
Títulos de capitalização	649	-	-	-	649	649	-
Vinculados a compromisso de recompra							
LFT (a.1)	-	-	24.778	9.452	34.230	34.227	(3)
Vinculados a prestação de garantia							
LFT (a.1)	-	-	-	21.500	21.500	21.506	(6)
Total	<u>6.612</u>	<u>9.437</u>	<u>135.985</u>	<u>44.216</u>	<u>196.250</u>	<u>196.261</u>	<u>(11)</u>
30 de junho de 2017	Banco/ Consolidado						
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Papel							
Mantidos para negociação (a.3)							
Carteira própria							
LFT (a.1)	-	-	-	167.124	167.124	167.176	(52)
Fundos (a.2)	5.620	-	-	-	5.620	5.620	-
Títulos de capitalização							
Títulos de capitalização	699	-	-	-	699	699	-
Vinculados a compromisso de recompra							
LFT (a.1)	-	-	-	8.398	8.398	8.404	(7)
Vinculados a prestação de garantia							
LTN (a.1)	-	-	-	1.051	1.051	1.053	(1)
Total	<u>6.319</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>176.573</u>	<u>182.892</u>	<u>189.952</u>	<u>(60)</u>

- (a.1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
- (a.2) Referem-se a aplicações em cotas de fundos de Renda Fixa e Renda Variável não exclusivos, que são valorizadas pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.
- (a.3) Os títulos classificados como mantidos para negociação estão demonstrados nos quadros acima pelos seus vencimentos originais, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos. Em 30 de junho de 2018 e 2017, os contratos de derivativos estão representados por operações de futuros, conforme abaixo:

	Ativo (b.1)				Passivo (b.1)			
	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/18	Total 30/06/17	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/18	Total 30/06/17
Futuros de DI	11	-	11	38	226	-	226	-
Total	11	-	11	38	226	-	226	-

(b.1) São apresentados no balanço patrimonial na linha de negociação e intermediação de valores, na rubrica de "outros créditos" e "outras obrigações".

Abaixo demonstramos um resumo por categorias:

	30/06/2018		
	Valor Referencial	Curva	Mercado
I - Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"			
Ativo			
Certificado de depósitos interfinanceiros (CDI)	755.927	755.927	755.927
Passivo			
Taxa de juros pós "Hedge" de fluxo de caixa	(685.679)	(685.679)	(693.332)
	70.248	70.248	62.595
<i>Circulante</i>	-	-	-
<i>Longo prazo</i>	685.679	685.679	693.332
Total diferencial a receber			11
Total diferencial a pagar		-	226
II - Objeto de "hedge" - Valor da curva			
		30/06/2018	30/06/2017
Passivo			
Depósitos (Nota 10)		325.389	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)		360.290	-
Total		685.579	-

c. Valores estimados de mercado

Os valores de mercado foram estimados com base em preços oficialmente divulgados pela AMBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Mudanças nas premissas e nas alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

6 Operações de crédito, outros créditos e provisão para perdas com operações de crédito

a. Composição da carteira por modalidade de crédito

	Banco/ Consolidado	
	30/06/18	30/06/17
Cheque especial	-	-
Conta garantida	1.906	4.622
Capital de giro	48.252	105.327
Crédito pessoal parcelado (a.1)	3.338.313	3.269.483
Crédito pessoal parcelado (a.2)	12	22
Vendor	-	19
Crédito imobiliário	36.716	50.697
Finame	10.654	31.745
Crédito Rural	-	2.073
Cartão de crédito	55.769	213.553
Desconto de títulos	-	185
Crédito vinculado as operações de crédito	-	133
Subtotal	3.491.622	3.677.859
Adiantamento sobre contratos de câmbio (a.4)	-	10.705
Títulos e créditos a receber (a.3)	5.165	9.680
Total	3.496.787	3.698.244

(a.1) Refere-se a operações de crédito consignado em folha de pagamento.

(a.2) Refere-se a operações de crédito não consignadas.

(a.3) Referem-se a créditos com características de concessão de crédito oriundos de cartão de crédito e estão registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" (vide Nota Explicativa nº 7.b).

(a.4) Refere-se a adiantamentos sobre contratos de câmbio, contabilizados em "outros créditos - carteira de câmbio", vide nota 15.a. Em 30 de junho de 2018 não houve montante referente a rendas a receber de adiantamentos concedidos (R\$ 197 em 30 de junho de 2017), apresentado na Nota Explicativa 7.a.

b. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento, tipo de cliente e atividade econômica

Banco/Consolidado							
Carteira a vencer							
	Carteira vencida a partir de 15 dias (b.1)	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	30/06/18	Total 30/06/17
Indústria	-	1.936	3.837	4.480	530	10.783	39.505
Comércio	2.748	3.202	1.336	1.053	-	8.339	17.150
Serviços	10.240	6.723	10.963	50.480	-	78.406	148.666
Títulos e créditos a receber	-	5.165	-	-	-	5.165	9.680
Pessoa física	274.335	281.016	707.954	1.233.477	897.312	3.394.094	3.483.243
Total - 30/06/18	287.323	298.042	724.090	1.289.490	897.842	3.496.787	3.698.244
Total - 30/06/17	377.026	409.466	827.683	89.342	1.994.727	3.698.244	-

(b.1) Classificada no Ativo Circulante. Esses valores estão representados pelo saldo total das parcelas em atraso.

c. Composição da carteira de crédito e outros créditos por nível de risco

Banco/Consolidado								
		30/06/18			30/06/17			
Nível	Situação	Atraso em dias	% de provisão	Total geral	Provisão requerida	Provisão adicional (c.2)	Total geral	Valor da provisão
A	Normal	(c.1)	0,50	3.025.713	15.129	-	3.145.872	15.729
B	Normal			22.311	223	-	66.361	664
	Vencido	De 15 a 30	1,00	81.598	816	-	69.476	695
C	Normal			7.465	224	-	29.276	878
	Vencido	De 31 a 60	3,00	35.968	1.079	-	149.428	4.483
D	Normal			3.158	316	-	5.014	501
	Vencido	De 61 a 90	10,00	20.743	2.074	-	33.683	3.368
E	Normal			50.662	15.199	-	5.710	1.713
	Vencido	De 91 a 120	30,00	27.327	8.198	-	19.077	5.723
F	Normal			2.225	1.113	-	36.734	18.367
	Vencido	De 121 a 150	50,00	13.637	6.819	-	14.034	7.017
G	Normal			95.449	64.180	2.634	20.236	19.953
	Vencido	De 151 a 180	70,00	55.009	38.506	40.949	15.580	10.906
H	Normal			2.479	2.479	-	11.925	11.925
	Vencido	Acima de 180	100,00	53.043	53.043	-	75.748	75.748
Total geral				3.496.787	209.398	43.583	3.698.244	177.670

(c.1) Inclui saldos em atraso até 14 dias.

(c.2) A provisão adicional foi constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente. A provisão adicional por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

d. Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	30/06/18	30/06/17
Saldo inicial	200.501	193.922
Constituições líquidas de reversões	120.710	68.043
Baixas para prejuízo	(68.230)	(84.295)
Saldo final	252.981	177.670
Recuperação de créditos baixados	16.576	17.344

e. Concentração de créditos

	30/06/18	30/06/17
Dez maiores devedores	45.045	78.906
Percentual do total da carteira de operações de crédito	1,29%	2,13%
Cinquenta maiores devedores seguintes	33.141	72.429
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,95%	1,96%

f. Créditos renegociados e refinanciados

O volume dos créditos refinanciados e renegociados em 30 de junho de 2018 é de R\$ 1.235.866 (R\$ 631.583 em 30 de junho de 2017), sendo R\$ 1.187.584 de refinanciados (R\$ 608.595 em 30 de junho de 2017) e R\$ 48.282 de renegociados (R\$ 22.988 em 30 de junho de 2017). O saldo apresentado foi apurado com base nos critérios descritos na Resolução Bacen nº 2.682/99, que considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, independente de representarem alguma piora ou deterioração na situação do devedor.

g. Cessão de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram realizadas cessões de crédito no montante de R\$ 146.075 da carteira Verde Card, sem direito de regresso ou coobrigação. Não houve impacto no resultado, pois o Banco não obteve ganho na cessão. (Não ocorreram cessões de crédito em 30 de junho de 2017).

7 Outros créditos

a. Carteira de câmbio

	30/06/18	30/06/17
Câmbio comprado a liquidar	-	10.665
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	197
Total	-	10.862

b. Diversos

	30/06/18	30/06/17
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social antecipados	26.601	32.665
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17.c)	1.587	1.607
Créditos de convênios	693	722
Adiantamentos diversos (a)	3.147	3.416
Impostos a recuperar	1.114	550
Devedores diversos - outras instituições	12.132	3.751
Títulos e créditos a receber (b)	18.206	9.680
Outros créditos	-	-
	63.480	52.391
Total	63.480	52.391
Realizável a longo prazo	30/06/18	30/06/17
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17.c)	126.311	86.172
Depósitos judiciais	4.164	2.532
	130.475	88.704
Total	130.475	88.704

- (a) Refere-se a adiantamentos de comissões e antecipações salariais.
- (b) O saldo refere-se a créditos com características de concessão de crédito.

8 Despesas antecipadas

Referem-se a valores pagos antecipadamente decorrentes de comissão de intermediação de negócios do Banco.

As comissões de intermediação de negócios originados a partir de 2015, nos termos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular Bacen nº 3.738/2014, tiveram dois terços da remuneração pagos aos correspondentes reconhecidos no ativo, e o restante como despesa no ato da operação, a partir de 2016 tiveram um terço da remuneração pago aos correspondentes reconhecido no ativo e o restante como despesa no ato da operação e em 2017 foram integralmente reconhecidas como despesas.

Em junho de 2017, a Administração optou por realizar antecipadamente a baixa integral do ativo, no montante de R\$ 20.561, relativos a despesas de comissão pela intermediação de operação de crédito.

9 Participação em controladas e controladas em conjunto no País

Em 30 de junho de 2018	30/06/18				30/06/17	
	JMT Participações em Seguros S.A. (a)	JMalucelli Gestão de Recursos Ltda. (b)	J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A. (c)	J. Malucelli Latam S.A. (d)	Total	Total
Informações sobre as empresas						
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	199.134	1.438	417.143	46.800	-	-
Patrimônio líquido	-	2.110	1.124.531	43.167	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre	-	(12)	46.140	6.047	-	-
Patrimônio ajustado	-	2.098	1.170.671	49.215	-	-
Informações sobre os investimentos						
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	9.957	1.438	210.657	23.634	-	-
Percentual de participação	-	99,99%	50,50%	50,50%	-	-
Valor da movimentação das contas						
Saldos iniciais	4.584	2.110	643.638	21.800	672.131	645.796
Dividendos recebidos referente ao semestre anterior	-	-	(75.750)	-	(75.750)	(12.662)
Dividendos a receber referente ao semestre vigente	-	-	-	-	-	-
Alienação de participação	(4.584)	-	-	-	(4.584)	-
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	-	(12)	23.301	3.054	26.343	27.496
Saldo das participações	-	2.098	591.189	24.853	618.140	660.631

- (a) Esse investimento está registrado a custo e foi alienado durante o segundo trimestre de 2018. O resultado apropriado pelo Banco na alienação foi de R\$ 6.090.
- (b) Empresa adquirida em 28 de dezembro de 2007. Essa empresa atua na assessoria para implantação de correspondentes franqueados do Banco.
- (c) Empresa *holding* dos investimentos nas controladas em conjunto indiretas J. Malucelli Resseguradora S.A. e J. Malucelli Seguradora S.A.
- (d) J.Malucelli Latam S.A. é uma *holding* dos investimentos na América Latina adquirida em 17 de dezembro de 2014

10 Depósitos

Vencimento	À vista		Interfinanceiros		A prazo	
	30/06/18 (a)	30/06/17 (a)	30/06/18	30/06/17	30/06/18 (b)	30/06/17 (b)
Sem vencimento	3.096	9.053	-	-	-	-
Até 90 dias	-	-	40.647	100.729	437.300	591.563
De 91 a 360 dias	-	-	75.729	51.849	684.344	1.253.689
Acima de 360 dias	-	-	-	727	848.868	968.645
Total	3.096	9.053	116.376	153.305	1.970.512	2.813.897

- (a) Apresentadas como “sem vencimento”, independentemente do giro normal dos depósitos.
- (b) Em 30 de junho de 2018, o saldo com garantia especial, Resolução n.º 3.692 de 26 de março de 2009, é de R\$ 246.869 (R\$ 356.107 em 30 de junho de 2017).

11 Captações no mercado aberto

Referem-se a operações de recompras a liquidar, lastreadas em títulos públicos federais, conforme segue:

	30/06/18	30/06/17
Recompras a liquidar - carteira própria		
LFT	34.203	-
Total	34.203	-

12 Recursos de aceites e emissão de títulos

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a composição da carteira está demonstrada como segue:

	30/06/18		30/06/17	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Total
Obrigações por emissão de LCI	28.897	-	28.897	31.159
Obrigações por emissão de LF	807.890	1.241.525	2.049.415	929.870
Total	836.787	1.241.525	2.078.312	961.029

13 Obrigações por empréstimos

	Até 360 Dias	Acima de 360 dias	Total 30/06/18	Total 30/06/17
Empréstimos				
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	-	10.778
Total	-	-	-	10.778

14 Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais

Representados por recursos provenientes do BNDES, com vencimento até 2020. As operações estão sujeitas à incidência de encargos correspondentes à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescido de juros, de acordo com as políticas operacionais do sistema BNDES. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão por intermediação.

	30/06/18		30/06/17	
	Circulante	Realizável longo prazo	Total	Total
Obrigações por repasses no País	7.432	3.146	10.578	32.705
Total	7.432	3.146	10.578	32.705

15 Outras obrigações

a. Carteira de câmbio

	30/06/18	30/06/17
Obrigações por compra de câmbio	-	10.508
(-) Adiantamento sobre contratos de câmbio	-	(10.508)
Total	-	-

b. Diversas

Circulante	30/06/18	30/06/17
Provisão para pagamento a efetuar - Outras despesas administrativas	10.650	15.374
Recebimento antecipado de operações de créditos (a)	25.619	24.300
Valores a pagar - cartão de crédito (b)	55	792
Provisão para devolução de tarifas sobre liquidação antecipada de contratos (c)	265	265
Credores diversos - País (d)	3.499	4.108
Provisão - tarifas	55	55
Outros	40	79
Total	40.183	44.973
Exigível a longo prazo	30/06/18	30/06/17
Provisão para contingências cíveis	5.178	4.871
Provisão para contingências tributárias	1.149	1.102
Provisão para contingências trabalhistas	11.472	9.816
Total	17.799	15.789

- (a) Refere-se a valores pagos de empréstimos pelos clientes, cuja identificação da operação a ser baixada ainda não foi efetuada.
- (b) Referem-se a valores a pagar aos lojistas.
- (c) Refere-se a valores de tarifas sobre liquidações antecipadas cobradas indevidamente.
- (d) Referem-se a valores repassados pelos convênios, cuja identificação da operação ainda não foi efetuada.

16 Provisões, passivos, contingências ativas e passivas

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/06/18	30/06/17
Cíveis	5.178	4.908
Trabalhistas	11.472	9.816
Tributárias	1.149	1.102
Total	17.799	15.826

b. Movimentação das provisões

	2018				
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição	Reversão	Pagamento	
Cíveis	4.524	2.010	(1.057)	(299)	5.178
Trabalhistas	15.454	1.760	(3.160)	(2.582)	11.472
Tributárias	1.129	20	-	-	1.149
Total - Consolidado	21.107	3.790	(4.127)	(2.881)	17.799
Total - 2017	12.743	6.828	(1.069)	(2.676)	15.826

c. Contingências ativas e passivas

Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

Em 30 de junho de 2018, o Banco possui contingências tributárias avaliadas por nossos assessores jurídicos como risco de perda provável no montante original de R\$ 1.149 (R\$ 1.102 em 30 de junho de 2017) cuja provisão é de R\$ 1.149 (R\$ 1.102 em 30 de junho de 2017). A matéria discutida é a seguinte:

- **INSS SAT:** ação judicial referente ao recolhimento do Seguro Acidente do trabalho recolhida com alíquota diferente da legislação no período de junho de 2007 a novembro de 2009. O valor de provisão atualizado é de R\$ 1.149 (R\$ 1.102 em 30 de junho de 2017).
- Existe ainda uma Ação Judicial classificada como possível que postula a inexigibilidade da cobrança da contribuição ao PIS nos termos das Leis nº. 9.807/98, nº. 9.718/98, e da MP 1.807/99, que ampliaram a base de cálculo da contribuição cobrada das instituições financeiras, fazendo-o incidir não mais sobre a “receita bruta operacional”, mas sobre a receita total das empresas, cujo montante em 30 de Junho de 2018 é R\$ 3.172 (R\$ 2.904 em 30 de junho de 2017) e também uma Ação Judicial que postula a manutenção da isenção da COFINS

anteriormente fruída pelas empresas, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº. 70/91 e, subsidiariamente, o reconhecimento da inconstitucionalidade e da ilegalidade da exigência de tal contribuição, com a base de cálculo e alíquota veiculada pela Lei nº. 9.718/98, que equiparou receita a faturamento e estipulou o percentual de 3% para o recolhimento, cujo montante em 30 de junho de 2018 é R\$ 17.728 (R\$ 16.239 em 31 de dezembro 2017).

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do semestre

	30/06/18	30/06/17
Resultado antes da tributação sobre o lucro (após as participações e com exclusão da JSCP)	130.982	99.496
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(58.942)	(44.773)
Exclusões (adições) permanentes	32.225	12.428
Participações em controladas	11.854	12.373
Juros sobre o capital próprio	19.393	-
Outras	978	55
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do semestre	(26.717)	(32.345)

(1) Alíquotas vigentes: (i) 25% para imposto de renda; (ii) 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e 20% para o período de setembro de 2015 até junho de 2018 para as empresas financeiras e equiparadas, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e (iii) 9% para as empresas não financeiras.

b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social

	30/06/18	30/06/17
Impostos diferidos - Constituição no semestre, sobre adições temporárias	29.469	10.673
Impostos correntes - Imposto de renda e contribuição social correntes	(56.186)	(43.018)
Total	(26.717)	(32.345)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2018		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/(realização)	Saldos em 30 de junho de 2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo			
Sobre a provisão para perdas com créditos	89.306	30.733	120.039
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	8.981	(1.380)	7.601
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	162	(9)	153
	98.449	29.344	127.793
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo			
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	5	-	5
	5	-	5

Descrição	2017		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ (realização)	Saldos em 30 de junho
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</i>			
Sobre a provisão para perdas com créditos	71.912	8.798	80.710
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	5.083	1.862	6.945
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	111	13	124
	77.106	10.673	87.779
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo</i>			
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	5	-	5
	5	-	5

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social

A previsão de realização dos créditos tributários é de até cinco anos, fundamentada no estudo de recuperabilidade realizado com base no orçamento do Banco. O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 88.948 (R\$ 87.779 em 30 de junho de 2017).

e. Créditos tributários não registrados

O Banco e as suas subsidiárias não possuem créditos tributários não registrados nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2018 e 2017.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social do Banco, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 56.487.534 (56.724.976 em 30 de junho de 2017) de ações ordinárias nominativas e 24.956.561 (24.012.427 em 30 de junho de 2017) de ações preferenciais pertencentes a acionistas domiciliados no País todas sem valor nominal.

b. Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017, o Banco não possuía ações em tesouraria.

c. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco e das suas controladas, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Conforme disposições estatutárias, o Conselho de Administração efetua a proposta de destinação do lucro líquido do período após a constituição da reserva legal e do pagamento do dividendo obrigatório mínimo, cuja proposta é levada à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações contábeis, consoante o art. 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil.

	30/06/2018		
	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	16.009	2.401	13.608
Juros sobre o Capital Próprio (2)	27.087	4.063	23.024
Total	43.096	6.464	36.632
	30/06/2017		
	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Total	-	-	-

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2018 e pago em 16 de abril de 2018.
- (2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2018 e pago em 16 de julho de 2018 e 11 de dezembro de 2018.

Os referidos juros reduziram os encargos tributários registrados no resultado do semestre em R\$ 16.484.

19 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas controladas, controladas em conjunto, com outras empresas do grupo e pessoas-chave na Administração.

\

Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

30/06/18			
Descrição	Direitos (Obrigações)	Receitas	Despesas
Depósitos à vista e outros	(450)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(194.403)	-	7.089
Letras Financeiras	(107.291)	-	2.944
Remuneração da Administração (a)	-	-	3.114
Juros sobre o capital próprio	(43.096)	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	944
Propaganda e publicidade	-	-	129
Serviços da Tecnologia da Informação	-	-	2.868
30/06/17			
Descrição	Direitos (Obrigações)	Receitas	Despesas
Depósitos à vista e outros	(845)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(289.436)	-	19.105
Carteira própria (b)	(8.380)	-	468
Letras Financeiras	(14.176)	-	255
Remuneração da Administração (a)	-	-	2.268
Ressarcimento de despesas	-	-	1.257
Propaganda e publicidade	-	-	273
Serviços da Tecnologia da Informação	-	-	2.465

- (a) Refere-se à remuneração do pessoal-chave da Administração.
- (b) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

J Malucelli Seguradora S.A., J Malucelli Resseguradora S.A., J Malucelli Participações em Seguros e Resseguros, Travelers Seguros Brasil, J Malucelli Latam S.A., J Malucelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a J Malucelli Construtoras de Obras, a J Malucelli Energia, a J Malucelli Rental, a J Malucelli Equipamentos, a J Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda., J Malucelli Futebol S/A., a Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda., a Invest Bens Administradora de Bens, a J Malucelli Gerenciadora de Projetos e Análise de Riscos, a J Malucelli Concessões e a Porto de Cima Incorporações.

20 Outras despesas administrativas

	1º Semestre de	
	2018	2017
Comissões e corretagens (a)	(34.486)	(75.405)
Serviços técnicos especializados (e)	(25.712)	(23.646)
Processamento de dados	(10.927)	(8.811)
Propaganda e publicidade	(2.227)	(1.486)
Serviços gráficos	(58)	(86)
Despesas do sistema financeiro	(951)	(905)
Despesas com comunicações	(906)	(865)
Despesas com transportes	(375)	(171)
Despesas com aluguel	(1.264)	(1.347)
Promoções e relações públicas	(300)	(56)
Manutenção e conservação de bens	(1.080)	(851)
Material expediente	(105)	(46)
Despesas com publicações	(100)	(465)
Despesas com tarifas de convênios (c)	(3.445)	(3.285)
Despesas com viagens	(522)	(409)
Outras (d)	(2.326)	(2.215)
Total	(84.784)	(120.049)

- (a) Despesas com comissões pagas aos correspondentes bancários - crédito consignado.
- (b) Despesas com portabilidade de operações de crédito realizadas conforme Resolução nº 4.292/2013.
- (c) Referem-se a pagamentos mensais efetuados às empresas de consignação que são as responsáveis por gerenciar a carteira de empréstimos consignados.
- (d) Referem-se a despesas diversas como água, energia elétrica, vigilância, copa e cozinha e despesas com cartórios.

21 Outras receitas e despesas operacionais

	1º Semestre de	
	2018	2017
Outras receitas		
Recuperação de despesas	1.557	11
Reversão de provisão cível e trabalhista	4.217	1.069
Atualização monetária sobre IR e CS pagos antecipadamente no período anterior	9	-
Outras	52	1.071
Total	5.835	2.151
Outras despesas		
Atualização de cessões de crédito liquidadas antecipadamente	(194)	(146)
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(6.161)	(6.925)
Despesa com variação cambial em moeda estrangeira	-	(62)
Taxas operacionais câmbio	(1)	(143)
Outros	(386)	(17)
Total	(6.742)	(7.293)

22 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2018 e 2017 referem-se aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, divulgados na Nota Explicativa nº 5, as operações de crédito na Nota Explicativa nº 6 e os depósitos a prazo na Nota Explicativa nº 10. No quadro abaixo seguem os valores de mercado para as operações de crédito e para os depósitos a prazo, visto que os demais instrumentos financeiros anteriormente citados já estão sendo apresentados a valor de mercado:

	30/06/18			30/06/17		
	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado
Operações de crédito	3.496.787	3.588.520	(91.733)	3.698.244	3.505.034	(193.210)
Depósitos a prazo	1.970.512	1.963.300	(7.212)	2.813.897	2.805.815	(8.082)

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente à taxa básica de juros.

As operações do Banco e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

As políticas de crédito do Banco são fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da análise de crédito criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de seus produtos (pulverização do risco).

O Banco possui, ainda, a provisão para perdas com operações de crédito, no montante de R\$ 252.981 (R\$ 177.670 em 30 de junho de 2017), para fazer face ao risco de crédito.

b. Risco de taxa de juros e de liquidez

Os resultados do Banco estão suscetíveis a sofrer variações significativas decorrentes das operações contratadas a taxa de juros pós-fixada e prefixada. A Administração gerencia o risco de taxa de juros e o risco de liquidez, por meio de sistemas que incluem VAR, relatórios de rentabilidade, de liquidez e outros relatórios gerenciais.

c. Risco de mercado

Parâmetros utilizados para o gerenciamento do risco de mercado

O Banco utiliza as seguintes metodologias para avaliar o risco de mercado, facilitando a análise e a percepção sobre o quadro de risco ao qual o Banco está exposto.

- Posições

O valor de mercado das posições é segregado em “compradas” e “vendidas”.

Esses dois valores dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco.

Limites de posição podem ser estabelecidos em função de um tipo de instrumento específico ou estratégia, para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.

- **Sensibilidades**

As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira do Banco. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e da estrutura da carteira do Banco.

Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por um ponto-base (0,01) é a principal medida de sensibilidade.

- **Análise de cenário (teste de estresse)**

É um requerimento das Autoridades Reguladoras. Os cenários generalizam as sensibilidades, pois com o impacto do movimento, uma gama inteira de parâmetros de mercado é considerada ao mesmo tempo.

Os resultados de um teste de estresse dão uma informação complementar da potencial perda da carteira do Banco para cenários de ruptura de mercado, situação que o modelo-padrão de VaR não consegue prever.

Os cenários de estresse são estabelecidos pelo Comitê de Riscos e Capital com o Departamento de Planejamento Financeiro e são revisados anualmente.

Caso haja necessidade de reavaliação, em face das alterações substanciais nas condições do mercado, essas serão discutidas no Comitê de Riscos e Capital.

- **Value at Risk**

O Value at Risk (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*), sob condições normais de mercado.

Para o VaR regulatório reportado localmente, por exemplo, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias de *holding period*.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

- **Economic Value Equity (EVE)**

A exposição da carteira, *Banking*, é mensurada através da metodologia Economic Value Equity (EVE), que se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de impactos econômicos, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação (*Banking*).

Essa metodologia consiste em:

1. Apurar o valor presente dos fluxos.
2. Apurar a *duration* do ativo e do passivo por indexador.
3. Determinar a média ponderada baseada nas taxas históricas dos últimos quatro anos.
4. Calcular o impacto no ativo e no passivo, tendo como base a variação nas taxas de juros; e calcular a exposição através da metodologia EVE.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

- **Backtesting**

O Backtesting é um elemento-chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pelo Banco, sendo, também, um requerimento da Autoridade Reguladora.

Consiste na análise da razão de verossimilhança para testar o número de perdas acima do grau de confiança esperado, servindo para identificar as falhas dos modelos de VaR e os fatores que precisarão de ajustes.

Monitoramento e controle

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, controlando as posições geradoras de risco.

Com base nesse sistema, são elaborados relatórios de monitoramento e controle destinados à Gerência e aos Comitês Executivo Sênior e de Riscos e Capital. Os relatórios permitem um acompanhamento da exposição por determinada categoria de produtos, assim como a análise do comportamento da carteira quando exposta aos cenários de estresse.

Os procedimentos necessários para execução dos controles de risco estão documentados em manuais de procedimentos e são revisados com periodicidade mínima anual.

Para fins de efetuar essa análise, as operações do Banco são segregadas da seguinte forma:

- **Carteira de trading** - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.

As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, à obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou à realização de arbitragens.

- **Carteira de banking** - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas sem intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de não negociação.

Abaixo, segue a Exigência de Capital para as carteiras *trading* e *banking*:

Trading Book (R\$ milhares)

	30/06/18	30/06/17
RWAjur(1)	2.554	686
RWAjur(2)	3.970	59
RWAjur(3)	2.897	3
RWAjur(4)	2.146	2
RWAacs(5)	954	1
RWacom(6)	1.073	1
RWacam(7)	2.384	20

- (1) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa de juros prefixada denominada em Reais (Circular Bacen nº 3.634/13).
- (2) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (Circular Bacen nº 3.635/13).
- (3) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa dos cupons de índices de preços (Circular Bacen nº 3.636/13).
- (4) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa dos cupons de taxa de juros (Circular Bacen nº 3.637/13).
- (5) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação do preço das ações (Circular Bacen nº 3.638/13).
- (6) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação dos preços de mercadorias (Circular Bacen nº 3.639/13).
- (7) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação cambial (Circular Bacen nº 3.641/13).

Banking Book

	30/06/18	30/06/17
Rban - prefixado	224.975	76.353
Rban - Dolar dos EUA	190	-
Rban - TJLP	6.211	-
Rban - IPCA	-	289
Rban - IGPM	-	43.256
Rban - TR	-	-

d. Posições de instrumentos financeiros e operações de *hedge* (Quadro de análise de sensibilidade)

A Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008 dispôs sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que inclui a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A referida Instrução também determinou os percentuais de deterioração aos quais a Administração deve considerar na avaliação dos cenários. Cabe ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário em uma posição estática da carteira. Para mensurar essas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- **Cenário I:** Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial, considera a aplicação de um ponto percentual, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e no índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2018, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 6,4640 e 6,3360 (10,2414 e 10,0386 em junho de 2017).

- **Cenário II:** Considera a aplicação de, pelo menos, 25 pontos percentuais (d.1), tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2018, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 8,0000 e 4,0000 (12,6750 e 7,6050 em junho de 2017).
- **Cenário III:** Considera a aplicação de, pelo menos, 50 pontos percentuais (d.1), tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2018, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 9,6000 e 3,2000 (15,2100 e 5,0700 em junho de 2017).

Em 30 de junho de 2018

Cenário de alta na taxa DI

				Valorização		
				I	II	III
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário-base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.460.478	6,4000	935	23.368	46.735
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	124.471	6,4000	80	1.992	3.983
Operações de crédito	Índice DI	50.477	6,4000	32	808	1.615
Depósitos a prazo	Índice DI	(1.955.716)	6,4000	(1.252)	(31.291)	(62.583)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(116.376)	6,4000	(74)	(1.862)	(3.724)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	(2.078.312)	6,4000	(1.330)	(33.253)	(66.506)
Efeito líquido				(1.609)	(40.238)	(80.480)

Cenário de baixa na taxa DI

				Deterioração		
				I	II	III
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário - base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.460.478	6,4000	(935)	(23.368)	(46.735)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	124.471	6,4000	(80)	(1.992)	(3.983)
Operações de crédito	Índice DI	50.477	6,4000	(32)	(808)	(1.615)
Depósitos a prazo	Índice DI	(1.955.716)	6,4000	1.252	31.291	62.583
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(116.376)	6,4000	74	1.862	3.724
Letras financeiras e LCI	Índice DI	(2.078.312)	6,4000	1.330	33.253	66.506
Efeito líquido				1.609	40.238	80.480

Em 30 de junho de 2017

Cenário de alta na taxa DI				Valorização		
				I	II	III
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário- base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	844.494	10,1400	856	21.408	42.816
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	167.124	10,1400	169	4.237	8.473
Operações de crédito	Índice DI	121.125	10,1400	123	3.071	6.141
Depósitos a prazo	Índice DI	(2.780.153)	10,1400	(2.819)	(70.477)	(140.954)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(153.305)	10,1400	(155)	(3.886)	(7.773)
Letras financeiras	Índice DI	(961.029)	10,1400	(974)	(24.362)	(48.724)
Efeito líquido				(2.800)	(70.009)	(140.021)

Cenário de baixa na taxa DI				Deterioração		
				I	II	III
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário- base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	844.494	10,1400	(856)	(21.408)	(42.816)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	167.124	10,1400	(169)	(4.237)	(8.473)
Operações de crédito	Índice DI	121.125	10,1400	(123)	(3.071)	(6.141)
Depósitos a prazo	Índice DI	(2.780.153)	10,1400	2.819	70.477	140.954
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(153.305)	10,1400	155	3.886	7.773
Letras financeiras	Índice DI	(961.029)	10,1400	974	24.362	48.724
Efeito líquido				2.800	70.009	140.021

23 Outras informações

- (a) O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com a J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que constituem o Conglomerado Financeiro nos termos da Resolução Bacen nº 2.099/94 e das normas posteriores. Em 30 de junho de 2018, o patrimônio líquido ajustado representava 22,06%, superior, portanto, ao mínimo de 10,5% estabelecido pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (21,28% em 30 de junho de 2017) dos ativos ponderados por risco.
- (b) Em 30 de junho de 2018 não há avais de fianças concedidos pelo Banco (R\$ 2.361 em 30 de junho de 2017).
- (c) O Banco e as suas controladas são patrocinadores de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no semestre findo em 30 de junho de 2018, totalizaram R\$ 179 no Banco (R\$ 201 em 30 de junho

de 2017) e no consolidado R\$ 202 (R\$ 470 em 30 de junho de 2017). As contribuições relativas às acumulações das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

- (d) A empresa controlada J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é responsável pela administração de 21 fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos totalizam R\$ 1.751.662 (R\$ 2.793.480 em 30 de junho de 2017) e pela gestão da carteira de 9 empresas cujos patrimônios líquidos totalizavam R\$ 1.703.846 (seis carteiras que totalizavam R\$ 1.531.788 em 30 de junho de 2017).
- (e) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa são compostos por:

	30/06/18	30/06/17
No início do semestre:		
Disponibilidades	347	939
Fundos de renda fixa	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (e.1)	921.555	972.529
Total	921.902	973.468
No final do semestre:		
Disponibilidades	677	295
Aplicações interfinanceiras de liquidez (e.1)	1.452.613	843.990
Total	1.453.290	844.285

- (e.1) Referem-se a aplicações do Banco e de controladas em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento de até 90 dias, contados a partir da data de sua aquisição.

* * *

Diretoria

Cristiano Malucelli - Presidente
André Luiz Malucelli - Diretor Comercial Pessoa Jurídica
Anilson Fieker Pedrozo - Diretor Operacional e Administrativo
Laercio Schulze de Sousa - Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Nile Mannrich - Diretora Comercial Pessoa Física

Contador responsável

Hilário Mário Walesko - Controller
CRC-PR 29.585/O-9